

NOTA DE REPÚDIO

EXCELÊNCIA, SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA;

EXCELÊNCIA, SENHOR PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

A Associação para o Bem de Angola – PRO BONO ANGOLA tem acompanhado com imensa preocupação as inúmeras e constantes denúncias anónimas (algumas até conhecidas), vindas de vários extratos da sociedade angolana, relacionadas com a pessoa do **Dr. Joel Leonardo**, que, nas vestes de **Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo** tem a ingente responsabilidade de pautar a sua conduta com base em elevadíssimos princípios éticos, deontológicos e estatutários que advém da função de juiz (*moralidade pública, irrepreensibilidade, ética, probidade, dever de reserva*) e que, por sua vez têm raízes constitucionais.

A PRO BONO ANGOLA entende que, tão relevante como manter uma conduta irrepreensível é que ela também assim se apresente aos olhos da comunidade, pois, se os juízes não assumirem, ao lado de uma elevada competência técnica, elevados padrões éticos de conduta, isso poderá prejudicar não apenas a imagem de independência e de imparcialidade da judicatura, como também comprometer seriamente a confiança da comunidade na integridade judicial, como nos ensinam J. F. Moreira Neves e Rui Silva Reis¹.

A PRO BONO ANGOLA, instituição defensora dos direitos humanos, da transparência, da ética, da integridade e da responsabilidade nos actos de gestão pública, está profundamente preocupada com o “estado actual” da judicatura em Angola, pois, entende que, sem um **Poder Judicial** imaculado, forte, verdadeiramente actuante e comprometido com os valores acima citados, todo esforço de *moralização pública* e combate ferrenho à corrupção cairão por terra, e, conseqüentemente, prevalecerá a cultura de impunidade e desrespeito ao uso da “coisa pública”, o que representaria um retrocesso em termos da consolidação do Estado Democrático e de Direito.

Neste sentido, agindo em defesa das instituições democráticas, visando o bem de Angola, e convindo esclarecer a comunidade para restabelecer a credibilidade e a confiança dos cidadãos nas instituições judiciais, apelamos que, Sua Excelência, Presidente de República, João Manuel Gonçalves Lourenço, enquanto mais **Alto Magistrado** e garante do respeito à Constituição e à lei, faça atenção às denúncias, mande investigar, e tome as medidas que se justifiquem, visando pôr cobro aos males que enfermam a judicatura.

Luanda, aos 15 de Fevereiro de 2023

Associação para o Bem de Angola – PRO BONO ANGOLA

¹ Do dever de reserva dos juízes – breves considerações, JULGAR – N. 07 – 2009, pág.1